



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
HOSPITAL NAVAL DE LADÁRIO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025**

**EDITAL DE  
CREDENCIAMENTO**

**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE EXTRA  
MARINHA (OSE) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE  
AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL,  
ODONTOLÓGICO E DE REABILITAÇÃO; ATENDIMENTO  
DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA EM REGIME DE 24 HORAS,  
DIÁRIAS, PRÉ-HOSPITALAR; E SERVIÇOS  
LABORATORIAIS E DE TRANSPORTE TERRESTRE EM  
AMBULÂNCIA.**

## **ÍNDICE**

### **PREÂMBULO**

- 1. DA CONVOCAÇÃO**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**
- 4. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 5. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 6. DOS RECURSOS FINANCEIROS**
- 7. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**
- 8. DO REGIME DE EXECUÇÃO**
- 9. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**
- 10. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**
- 11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LGPD)**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA RESCISÃO**
- 14. DOS RECURSOS**
- 15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**
- 16. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 18. DO FORO**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL  
HOSPITAL NAVAL DE LADÁRIO

**EDITAL**

Convocação de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Ambulatorial, Odontológico e de Reabilitação; atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 horas diárias, pré-hospitalar e serviços laboratoriais e de Transporte Terrestre em Ambulância.

**1. DA CONVOCAÇÃO**

1.1. A União, representada pelo **Hospital Naval de Ladário**, da Marinha Do Brasil, mediante a Comissão de Contratação, designada pela **Portaria nº 67/HNLa do 15 de Maio de 2025**, torna público para conhecimento dos **interessados** que, na data, horário e local indicados, fará realizar a seleção das organizações de saúde Extra Marinha (OSE) e de profissionais autônomos (PSA) para a prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Ambulatorial, Odontológico e de Reabilitação; atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 horas diárias, pré-hospitalar e serviços laboratoriais e de Transporte Terrestre em Ambulância, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

- 1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 1.2.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2.3. Lei nº 10.192/2001;
- 1.2.4. Ofício circular nº 004/2024 – CJU-RJ/CGU/AGU
- 1.2.5. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;
- 1.2.6. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- 1.2.7. Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.
- 1.2.8. Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;
- 1.2.9. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022;
- 1.2.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;
- 1.2.11. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações;
- 1.2.12. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018
- 1.2.13. Instrução Normativa nº 73/2020, da Secretaria Especial, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
- 1.2.14. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022; e
- 1.2.15. DGPM-501 da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha;
- 1.2.16. DGPM-401 Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha;

- 1.2.17. DGPM-404 da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha;
- 1.2.18. SGM-102 da Secretaria-Geral da Marinha;
- 1.2.19. Circular nº 15/2024, da DSM;
- 1.2.20. Circular nº 17/2024, da DSM
- 1.2.21. Manual de Contratação, da DadM;
- 1.2.22. Manual de Constatações de Auditoria (MACAUD), do CCIMAR;
- 1.2.23. Manual de Orientação Pesquisa de Preços (4ª Edição), do STJ;
- 1.2.24. Manual de Auditoria à Assistência de Saúde, DSM-2002;
- 1.2.25. Caderno de logística de Pesquisa de Preços, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. e
- 1.2.26. Portaria MB/MD nº 36/2022, do Comandante da Marinha.

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

Anexo "A"	Termo de Referência
Anexo "B"	Minuta de Termo de Contrato de Hospitais e de Maternidades.
Anexo "C"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Médicas Especializadas
Anexo "D"	Minuta de Contrato de Clínicas Odontológicas
Anexo "E"	Minuta de Contrato de Clínicas de Reabilitação
Anexo "F"	Minuta de Contrato de Laboratórios de Análises Clínicas e Citopatologia
Anexo "G"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos (PSA)
Anexo "H"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos Cirurgião-Dentista
Anexo "I"	Minuta de Contrato de Anestesiologia
Anexo "J"	Minuta de Contrato para Atenção Domiciliar à Saúde
Anexo "K"	Minuta de Contrato para Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar
Anexo "L"	Minuta de Contrato para Cooperativas Médicas
Anexo "M"	Modelo de Requerimento para Credenciamento de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA)
Anexo "N"	Modelo de Carta-Proposta para Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE)
Anexo "O"	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Anexo "P"	Modelo de Ficha Cadastro de Empresas
Anexo "Q"	Modelo de Parecer Técnico
Anexo "R"	Lista de Referencial de Glosas
Anexo "S"	Modelo de Relatório de Auditoria de Contas
Anexo "T"	Modelo de Relatório de Recurso de Glosas
Anexo "U"	Tabela de Liberação Inicial de Diárias de Internação
Anexo "V"	Lista Referencial de Preços, Consultas, Diárias Assistenciais, Taxas, Materiais, Serviços, Honorários Médicos, Exames e Instruções Gerais
Anexo "W"	Pacotes de prestação de serviço
Anexo "X"	Lista de Procedimentos não cobertos pelo FUSMA
Anexo "Y"	Termo de Conciliação Judicial – MPT e União
Apêndice	Apêndice do Anexo V- Materiais Descartáveis

1.4. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.5. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico [www.com6dn.mar.mil.br](http://www.com6dn.mar.mil.br) ou ser recebida por mensagem eletrônica, sendo que para a solicitação de outras informações deverá ser utilizado o contato pelo telefone: (67) 3234-1222.

## **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação complementar de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Ambulatorial, Odontológico e de Reabilitação; atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 horas diárias, pré-hospitalar e serviços laboratoriais e de Transporte Terrestre aos beneficiários do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Marinha, conforme disposição na Lei nº 92.512/86, na região de jurisdição do Comando do Sexto Distrito Naval.

2.2. A prestação de serviços abará o Estado do Mato Grosso do Sul.

2.3. É permitido ao CREDENCIADO subcontratar os seguintes serviços: Unidades de Terapia Intensiva, Serviços Laboratoriais, Serviços de Apoio ao Diagnóstico, Serviço de Atendimento de Enfermagem, Locação de Material Hospitalar, Serviços de Remoção Terrestre e outros que se fizerem necessários:

2.3.1. O CREDENCIADO deverá indicar os eventuais subcontratados;

2.3.2. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, exigidos neste Edital;

2.3.3. A subcontratação não liberará o CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto transferido de forma parcial.

## 2.4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 Credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Ambulatorial, Odontológico e de Reabilitação; atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 horas diárias, pré-hospitalar; e serviços laboratoriais e de Transporte Terrestre em Ambulância aos beneficiários do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Marinha (SSM) conforme disposição na Lei nº 92.512/86, **na região de jurisdição do Comando do Sexto Distrito Naval no Estado do Mato Grosso do Sul**. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

2.4.2 Por se tratar de um termo de credenciamento, não há como estimar a quantidade de clínicas que se apresentarão para o certame, porém há uma estimativa de especialidades sendo: Alergologia; Anestesiologia; Angiologia; Cirurgia Geral; Cirurgia Cardíaca; Cardiologista; Cardiopediatra; Hemodinâmica; Cirurgia de Mama; Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Cirurgias Ortopédicas; Cirurgia Pediátrica; Cirurgia Plástica e Reparadora; Cirurgia Torácica; Clínica Médica; Dermatologia; Endocrinologia; Endoscopia Digestiva (CPRE); Fisioterapia; Fisiatria; Fonoaudiologia; Gastroenterologia; Geriatria e Gerontologia; Ginecologista; Hematologia; Radiologista Geral; Medicina Física e Reabilitação, Medicina do Sono e Medicina nuclear; Nefrologia; Neurocirurgia; Neuropediatria; Neurologia; Neurofisiologia; Nutrição; Odontologia, Periodontia, Odontopediatria e Odontogeriatría; Obstetrícia; Otorrinolaringologista; Oftalmologia; Oncologia; Ortopedia e Traumatologia; Terapia Ocupacional Terapia semi-intensiva; Neonatal; Otorrinolaringologia; Pediatria; Pneumologia; Proctologia; Psicologia; Psicopedagogia; Psiquiatria; Infectologista; Quimioterapia; Radiodiagnóstico; Reumatologia; Urologia (litotripsia e urodinâmica) e Uroginecologia; Serviços de Emergência em Hospital Geral Serviços de Anatomia Patológica e Citológica; Serviços Laboratoriais de Análises Clínicas;

2.4.3. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns;

2.4.4. Cabe ressaltar que no decorrer do processo podem ser necessárias outras especialidades, clínicas, exames e Serviços. Por se tratar de um objeto atinente a saúde não se esgotam as possibilidades, não sendo, portanto, um mínimo necessário;

2.4.5. A presente contratação adotará como hipótese de contratação a paralela e não excludente;

**2.5.6. Os prazos de vigência dos contratos celebrados terão sua vigência limitada em 60 meses de assinatura, podendo ser prorrogados por igual período, cuja vigência é limitada em 120 meses de sua assinatura, não cabendo nova prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.**

2.4.7 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br.

3.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.5.1. O presente Edital vigorará por prazo indeterminado, a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2. Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.6. Poderão habilitar-se, para credenciamento, profissional de Saúde Autônomo (PSA) e Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE) de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento e sejam previamente cadastrados no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.7. Não poderão participar deste credenciamento:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, gestor do FUSMA, emissor de guias, bem como do Comandante do 6º Distrito Naval ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.5. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.7. O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado;

3.7.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.7.9. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.7.10. A vedação de que trata o item 3.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

3.7.11. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.7.11.1.Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.7.11.2.A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

3.7.11.3.Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

3.7.12. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 156, III da Lei nº 14.133, de 2021), suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o Comando Da Marinha (art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993) ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133, de 2021);

3.7.13. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se aplicada com base na Lei nº 8.666, de 1993, ou até que tenha expirado o prazo de sua aplicação, se aplicada com base na Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.14. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.7.15. Pessoas jurídicas em processo falimentar;

3.7.16. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.7.17. Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

3.7.18. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

3.7.19. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.7.20. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas nos §§1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.21. Sociedades que tenham em seu quadro societários quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.7.21.1. Neste caso a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

#### **4. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**

4.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico (hnl.credenciamento@marinha.mil.br), o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar. Além disso, a **Organização de Saúde Extra Marinha (OSE)** interessada deverá apresentar “**Carta Proposta**”, conforme modelo do Anexo N, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

4.1.1. Estar contida em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

4.1.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;



- 4.1.3. Constar dias e horários de atendimento;
  - 4.1.4. Conter a relação de serviços;
  - 4.1.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;
  - 4.1.5.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados.
  - 4.1.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e
  - 4.1.7. Ser datada e assinada pelo representante legal, podendo o ser por meio eletrônico.
- 4.2. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo (PSA)** deverá apresentar **“Requerimento para Credenciamento”**, conforme modelo do **Anexo M**, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:
- 4.2.1. Estar contida em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;
  - 4.2.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;
  - 4.2.3. Constar dias e horários de atendimento;
  - 4.2.4. Conter a relação de serviços;
  - 4.2.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;
  - 4.2.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e,
  - 4.2.7. Ser datado e assinado por si ou por seu representante, podendo o ser por meio eletrônico;
  - 4.2.8. O odontólogo somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.
- 4.3. A **“Carta Proposta”** e o **“Requerimento para Credenciamento”** terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;
- 4.3.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 4.4. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OCS, dado a sua natureza de pessoa jurídica.
- 4.5. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado;
- 4.6. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 4.7. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas neste Edital, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 4.8. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:
- 4.8.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.8.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.8.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;

4.10. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.11. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

4.12. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. A Comissão ou Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

5.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

5.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada neste Capítulo, quando ausente do cadastro.

5.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.3. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Os interessados que não estiverem com sua documentação atualizada no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

5.6. **Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

**5.6.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE):**

5.6.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

5.6.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

5.6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

5.6.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

5.6.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.6.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.6.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

5.6.1.7.1. Ata de fundação;

5.6.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

5.6.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

5.6.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias; e,

5.6.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

5.6.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

5.6.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

## **5.6.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

5.6.2.1. Carteira de Identidade; e,

5.6.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

## **5.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

### **5.7.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE)**

5.7.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.7.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

5.7.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

5.7.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011; e,

5.7.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

5.7.1.6. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra ‘b’, do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

5.7.1.6.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

## **5.7.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

5.7.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

5.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

5.7.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

5.7.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

5.7.2.4.1. Caso a licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

5.7.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos d nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

5.7.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

## **5.8. Qualificação técnica:**

### **5.8.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE)**

5.8.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

5.8.1.2. Documentação do responsável técnico da OCS:

5.8.1.2.1 RG e CPF;

5.8.1.2.2 Certificado de especialidade;

5.8.1.2.3 Registro no Conselho de Classe.

5.8.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

- 5.8.1.3.1 Nome completo;
- 5.8.1.3.2 Especialidade clínica;
- 5.8.1.3.3 Número no registro de classe.

5.8.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

5.8.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

5.8.1.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), quando aplicável.

5.8.1.7. O credenciamento da OSE poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

- 5.8.1.7.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;
  - 5.8.1.7.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária;
- 5.8.1.7.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);
  - 5.8.1.7.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
- 5.8.1.7.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;
  - 5.8.1.7.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
- 5.8.1.7.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;
  - 5.8.1.7.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

5.8.1.8. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

5.8.1.8.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;

## **5.8.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

- 5.8.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;
- 5.8.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;
- 5.8.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;
- 5.8.2.4. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá

ser apresentado;

5.8.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

5.8.2.5.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

5.8.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

5.8.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

5.8.2.5.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

5.8.2.5.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

5.8.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

5.8.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

5.8.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

5.9. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

5.10. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – **Anexo O**.

5.11. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.11.1. SICAF;

5.11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

5.11.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

5.11.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

5.11.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.12. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

5.13. O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde ou o Profissional de Saúde Autônomo, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação

técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

## **6. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

6.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão executados pela Ação Orçamentária 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes); Plano Interno B42201002DU; e Natureza de Despesa GND 339039.

## **7. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**

7.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 92 da Lei 14.133, de 2021.

7.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.

7.3. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua **vigência limitada em 60 meses de sua assinatura (ou da publicação do Edital), podendo ser prorrogados por igual período, cuja vigência é limitada em 120 meses de sua assinatura**, não cabendo prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

7.4. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação do ato que autoriza a Inexigibilidade de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como do contrato e seus aditamentos no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 72 parágrafo único e no art. 94, II da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais registradas no **ANEXO A- Termo de Referência deste Edital**.

8.2. Os usuários do Sistema de Saúde da Marinha deverão ser encaminhados portando Guia de Apresentação do Usuário (GAU), emitidas pela Central de Regulação da Diretoria de Saúde e acompanhada do pedido médio e/ou pedido do profissional de saúde responsável.

8.2.1. Os usuários do Sistema de Saúde da Marinha deverão apresentar a carteira de identidade Militar, expedida pelo Comandando da Marinha.

8.2.2. Quando o usuário não possuir a identidade Militar expedida pelo Comando da Marinha deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração de Dependente, acompanhada da carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

8.3. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de GAU, mediante a identificação do beneficiário socorrido. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no próximo dia útil após a data do atendimento. Caso o prazo ultrapasse o referido prazo os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com a CREDENCIADA, sem nenhum ônus ao SSM/FUSMA;

8.3.1. O SSM/FUSMA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência; tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

8.3.2. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

8.4. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado por parte do CREDENCIADO no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

8.4.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

8.4.2. O CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CREDENCIADO.

8.5. O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato.

8.6. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de Serviço de Auditoria Médica de OMS, bem como os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos nem financiados, foram enumerados no **Anexo “X”**, deste edital.

8.7. O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais.

8.8. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

8.9. Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 15 (quinze) dias. Nesses casos, deve ser emitida nova Guia de Encaminhamento, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação de internações.

8.10. É vedado ao CREDENCIADO exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento ou quaisquer papéis em branco.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

9.1. O CREDENCIANTE obriga-se a:

9.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

9.1.2. As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSMA por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas.

9.1.3. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria.

9.1.4. Certificar e auditar as faturas apresentadas.

9.1.5. Realizar auditoria in loco para verificação de prontuários.

9.1.6. Fornecer ou indicar à CREDENCIADA a tabela de pagamento autorizada, devendo, se for o caso, solicitar que a credenciada reembolse os custos de reprodução da tabela.

9.1.7. Colocar à disposição dos usuários a lista com endereço, horário e especialidades das credenciadas, sem interferir na escolha do usuário.

9.1.8. Manter no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 18 do



Decreto nº 11.878/2024, a relação dos credenciados habilitados, organizados de acordo com o critério estabelecido neste Edital.

- 9.1.9. A lista de credenciados permanecerá permanentemente disponível e será mantida atualizada no PNCP, sempre que houver inclusão, exclusão ou qualquer alteração na relação de credenciados.
- 9.1.10. Nomear um profissional da área de saúde como Fiscal do Contrato, para exercer a fiscalização do cumprimento das cláusulas do mesmo.
- 9.1.11. Verificar a regularidade fiscal da CREDENCIADA a cada pagamento.
- 9.1.12. Promover, por meio de seu Fiscal de Contrato ou representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CREDENCIADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da mesma.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**

10.1. O CREDENCIADO obriga-se a:

- 10.1.1 Desenvolver, fornecer e dimensionar a infraestrutura necessária ao bom atendimento e satisfação dos usuários, dentro das normas estabelecidas pelo HNLa.
- 10.1.2 Proceder à verificação rigorosa da identificação dos USUÁRIOS. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do USUÁRIO será de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço.
- 10.1.3 Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros.
- 10.1.4 Permitir ao HNLa que avalie o atendimento e os serviços prestados aos USUÁRIOS, por intermédio de auditorias específicas realizadas por profissionais do quadro do HNLa que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas.
- 10.1.5 Obedecer aos critérios exigidos, quando das auditorias e perícias, na fiscalização dos serviços credenciados e das pessoas a eles vinculados, bem como aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria.
- 10.1.6 Prestar ao HNLa esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento.
- 10.1.7 Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata.
- 10.1.8 Comunicar ao HNLa, por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos USUÁRIOS, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano).
- 10.1.9 No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria.
- 10.1.10 Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção do HNLa, e pelo Ministério da Defesa, atendendo às suas normas e diretrizes.
- 10.1.11 O prestador do serviço é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não

excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

- 10.1.12 A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual.
- 10.1.13 A responsabilidade civil pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do paciente ou gerar danos morais ou materiais será suportada exclusivamente pelo CREDENCIADO, que será chamada à justiça para responder e deverá arcar com os honorários advocatícios fixados para defesa do CREDENCIANTE.
- 10.1.14 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o HNLa ou com a MARINHA DO BRASIL.
- 10.1.15 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.
- 10.1.16 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.
- 10.1.17 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento.
- 10.1.18 Nenhuma das pessoas – físicas ou jurídicas – contratadas atuarão ou prestarão serviços no interior das instalações das Organizações Militares, sob pena de grave ilegalidade (violação da regra do concurso público – art. 37, II da CF/88).
- 10.1.19 A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o HNLa ou a MARINHA DO BRASIL.
- 10.1.20 Obriga-se a CREDENCIADA a comunicar ao HNLa, no prazo máximo de 24 horas, caso ocorra em Campo Grande e, de até 48 horas nas demais localidades, qualquer internação de emergência/urgência, por meio dos telefones (67) 3234-1211.
- 10.1.21 Obriga-se, ainda, nos casos de internação de emergência/urgência, a apresentar relatório médico com a justificativa da assistência prestada em caráter de emergência e/ou urgência ao HNLa. A referida documentação deverá ser encaminhada, diretamente pela CREDENCIADA, para o endereço [hnla.regulacaocorumba@marinha.mil.br](mailto:hnla.regulacaocorumba@marinha.mil.br)
- 10.1.22 As internações em UTI deverão ser comunicadas imediatamente ao Oficial de Serviço (OSE) do HNLa, por meio dos telefones (67) 3234-1211.
- 10.1.23 A CREDENCIADA, no caso de usuário acometido por Doença Infectocontagiosa, para a qual não possua instalações adequadas para tratamento, se obriga a entrar em contato imediato com o HNLa, por meio do telefone (67) 3234-1211, para que seja providenciada a transferências.
- 10.1.24 Somente prestar atendimento, salvo emergência/urgência devidamente comprovada, com a apresentação da GAU, acompanhada da Carteira de Identidade que comprove ser o portador o titular da Guia.
- 10.1.25 Considerar-se-á, em conformidade com a Resolução CFM nº 1451/95, urgência como a

ocorrência imprevista de agravo à saúde, com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata; e emergência a constatação médica de condições de agravos à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

- 10.1.26 Fica claramente entendido que qualquer atendimento prestado pela CREDENCIADA a usuário do SSM sem que, antecipadamente, tenha sido apresentada a GAU, será de inteira responsabilidade da CREDENCIADA, inexistindo qualquer ônus para a Marinha, salvo nos casos de atendimento de emergência/urgência, devidamente comprovados.
- 10.1.27 É vedado à CREDENCIADA cobrar, diretamente do usuário que apresente a GAU, quaisquer valores por serviços prestados.
- 10.1.28 Manter atualizado o endereço estabelecido para atendimento junto ao setor responsável pelo credenciamento do HNLa.
- 10.1.29 Todos os procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, com ou sem utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), bem como todas as indicações de terapêuticas com medicamentos de alto custo, em caráter eletivo, necessitarão ser submetidos à autorização pela Divisão de Regulação do HNLa, mediante prévia análise técnica do HNMD, enquanto Organização Militar Hospitalar Orientadora Técnica do SSM e ratificação da DSM, enquanto Diretoria.
- 10.1.30 Especializada responsável pela Gestão do referido Sistema de Saúde. Para a operacionalização desta autorização a CREDENCIADA deverá apresentar orçamento, de forma individualizada, para cada procedimento e usuário. Todos os orçamentos devem conter identificação completa do usuário; procedimento cirúrgico a ser realizado; relatório médico devidamente datado e assinado, constando indicação e custos envolvidos com o procedimento, incluindo honorários e descrição detalhada do OPME, estes quando couber.
- 10.1.31 Poderá, o HNLa, em qualquer momento após a comunicação pela CREDENCIADA de realização de procedimento em caráter de urgência ou emergência, providenciar, junto àquela, o agendamento de visita de médicos e enfermeiros da Auditoria Concorrente do HNLa ou designado por este, para proceder, além da visita ao usuário, à análise da documentação médico-hospitalar pertinente à assistência prestada.
- 10.1.32 Em caso de tratamentos seriados a CREDENCIADA deverá apresentar comprovação de atendimento por sessão.
- 10.1.33 Prestar os esclarecimentos necessários sobre condutas adotadas, exames solicitados, valores cobrados e outros quando questionado pelos setores competentes do HNLa.
- 10.1.34 Prestar os esclarecimentos e disponibilizar prontuários e demais documentos atinentes à assistência prestada aos usuários para esclarecimentos necessários quando for realizada a auditoria in loco pelos profissionais designados pelo HNLa.
- 10.1.35 Notificar ao HNLa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, nos casos de desinteresse na continuação do futuro Contrato.
- 10.1.36 Assegurar ao Fiscal do Contrato, designado pelo HNLa, o livre acesso às dependências, prontuários e documentos da CREDENCIADA, preservados os princípios da ética e sigilo profissionais, para conhecimento e acompanhamento de atendimento prestado aos usuários do SSM.
- 10.1.37 Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital.
- 10.1.38 Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados

pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente.

- 10.1.39 Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE.
- 10.1.40 Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência.
- 10.1.41 Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços.
- 10.1.42 Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional.
- 10.1.43 Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados.
- 10.1.44 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.
- 10.1.45 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital.
- 10.1.46 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço.
- 10.1.47 A Administração poderá conceder um prazo para que o CREDENCIADO regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **11 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LGPD)**

- 11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Credenciado.
- 11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Credenciado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6 É dever do credenciado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7 O Credenciado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua

observância.

- 11.8 O Credenciante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Credenciado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9 O Credenciado deverá prestar, no prazo fixado pelo Credenciante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1 O CREDENCIADO será responsabilizado administrativamente nas seguintes hipóteses:
  - 12.1.1 Dar causa à inexecução parcial OU total do contrato;
  - 12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante credenciamento ou a execução do contrato;
  - 12.1.5 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 12.1.8 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:
  - 12.2.1 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (meio por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 12.2.2 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (meio por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item

acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

- 12.2.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.
- 12.3 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total OU parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, às seguintes penalidades:
- 12.3.1 Advertência;
- 12.3.2 Multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- 12.3.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e,
- 12.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federados, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
- 12.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 12.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 12.6 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.
- 12.7 As sanções previstas nos subitens 12.3.1, 12.3.3 e 12.3.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 12.3.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo legal.
- 12.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa, precedida de análise jurídica e facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.
- 12.9 As demais sanções são de competência exclusiva do Comando do Sexto Distrito Naval.

### **13 DA RESCISÃO**

- 13.1 Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total OU parcial, na incidência dos motivos citados no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo descrito:
- 13.1.1 Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:
- 13.1.1.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas contidas no Edital ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 13.1.1.2 Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 13.1.1.3 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa

- que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 13.1.1.4 Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - 13.1.1.5 Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
  - 13.1.1.6 Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
  - 13.1.1.7 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
  - 13.1.1.8 Caso a contratada possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, §3º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 13.1.2 Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 13.1.2.1 Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.
- 13.1.3 Por rescisão judicial, promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:
- 13.1.3.1 Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 13.1.3.2 Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
  - 13.1.3.3 Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
  - 13.1.3.4 Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- 13.1.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.
- 13.1.5 O Hospital Naval de Ladário poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 12.1.3.1.
- 13.1.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:
- 13.1.6.1 Devolução de garantia;
  - 13.1.6.2 Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
  - 13.1.6.3 Pagamento do custo da desmobilização.

- 13.1.7 A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:
- 13.1.8 Execução da garantia contratual, quando houver, para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de multas devidas à Administração Pública.
- 13.1.9 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal e das multas aplicadas.
- 13.1.10 É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.
- 13.1.11 Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.
- 13.1.12 A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.
- 13.1.13 A rescisão poderá ainda ser realizada por ato unilateral do contratado, mediante descredenciamento por solicitação, ocasião em que gerará efeitos a partir de 30 (trinta) dias do protocolo do pedido.

#### **14 DOS RECURSOS**

- 14.1 Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e do art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2 O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.
- 14.3 Os recursos deverão ser via sistema do Compras.gov.br.

#### **15 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**

- 15.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, após sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 15.2 Os pedidos de impugnação ou informações deverão ser formalizados no sistema Compras.gov.br.
- 15.3 Caberá à Comissão Especial de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5 Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

#### **16 DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

- 16.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 16.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
- 16.3.1 Será realizado o descredenciamento quando houver:

- **16.3.1.1 Pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;**



- **16.3.1.2 Perda das condições de habilitação do credenciado;**
- **16.3.1.3 Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado;**
- **16.3.1.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento; e**
- **16.3.1.5 Quando houver alteração no CNPJ ou Razão social.**

16.4 O pedido de descredenciamento de que trata o item **16.3.1.1** não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

16.5 Nas hipóteses previstas nos subitens **16.3.1.2 e 16.3.1.3**, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

16.6 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

16.7 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

16.8 A Administração Pública Federal poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.8.1 A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A qualquer tempo, o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico operativa.

17.2 No caso de instituições hospitalares, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

- 17.2.1 Identificação do usuário no setor de admissão do CREDENCIADO onde estiver sendo assistido;
- 17.2.2 Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;
- 17.2.3 Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;
- 17.2.4 Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;
- 17.2.5 Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e,
- 17.2.6 Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do CREDENCIADO, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4 É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6 Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Hospital Naval de Ladário.

17.7 Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica ou seja possível a transferência para outra OSE.

17.7.1 Havendo contrato com outra OSE, ligado a novo Edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível;

17.7.2 Se a OSE na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8 Os casos omissos serão resolvidos, pelo Comandante do Sexto Distrito Naval, com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.878, de 2024 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9 As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao Hospital Naval de Ladário e encaminhadas para endereço eletrônico [hnla.secom@marinha.mil.br](mailto:hnla.secom@marinha.mil.br)

17.10 A minuta do presente Edital foi elaborada pela Advocacia-Geral da União, conforme despacho de aprovação no NUP nº 63063.052054/2025-01.

## **18 DO FORO**

18.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o do município de Corumbá-MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ladário, MS, datado conforme assinatura digital.

PAULO CELSO BRACKMANN JUNIOR

Capitão de Mar e Guerra (Md)

Ordenador de Despesas